CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

2021-2023

Entre as partes, de um lado o **SINDICATO DOS TRABALHADORES EM HOTÉIS, BARES E RESTAURANTES DE ÁGUAS DE LINDOIA E REGIÃO**, com sede no Município de Águas de Lindóia-SP, na Rua das Rosas, n. 832, Vila Assumpção, inscrito no CNPJ sob n. 00.495.795/0001-56, Código Sindical n. 565.818.86598-2, neste ato representado pelo diretor presidente, Sr. Antonio Carlos da Silva Filho, brasileiro, garçom, CPF n. 629.744.754-34, RG n. 1.189.003 (SSP/PB), assessorado pelo Dr. Edson Luiz Netto, brasileiro, advogado, OAB/SP n. 140.792, CPF n. 034.537.248-44, e de outro lado o **SINDICATO DE HOTEIS, RESTAURANTES, BARES E SIMILARES DE CAMPINAS**, com sede em Campinas-SP, na Rua Barão de Paranapanema, 235, Bosque, Campinas-SP, inscrito no CNPJ sob n. 46.112.108/0001-77, Código Sindical n. 002.233.862.78-8, neste ato representado por seu diretor presidente Sr. José Haroldo Monteiro Viégas, brasileiro, casado, comerciante, CPF n. 773.018.388-91, RG 5.012.950 (SSP/SP), assessorado pelo Dr. Joao Batista Junior, brasileiro, advogado, OAB/SP n. 127.427, CPF n.869.013.548-00, celebram a presente **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**, composta das seguintes cláusulas:

1.ª. VIGÊNCIA

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 1.º de março de 2021 a 28 de fevereiro de 2023 e a data-base da categoria em 1.º de março.

Parágrafo Único – As partes acordam neste ato, de que as cláusulas econômicas, bem como, as condições de enquadramento do REPIS para o período de 1º de março de 2022 a 28 de fevereiro de 2023, deverão ser reajustadas por aditamento entre os sindicatos convenentes.

2.ª ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá as categorias dos trabalhadores em hotéis, pousadas, bares, restaurantes, lanchonetes, churrascarias, pizzarias, choperias, pastelarias, costelarias, buffets, rotisserias, cafés, casas de chá e lanches, sorveterias, docerias, trailers, hospedarias, pensões, motéis, drive-in e fast-foods, com abrangência territorial em Águas De Lindóia, Aguaí, Águas da Prata, Artur Nogueira, Bragança Paulista, Caconde, Casa Branca, Conchal, Engenheiro Coelho, Espírito Santo do Pinhal, Estiva Gerbi, Itapira, Lindóia, Mococa, Mogi Guaçu, Mombuca, Monte Alegre do Sul, Morungaba, Pinhalzinho, Santo Antônio de Posse, Santo Antônio do Jardim, São João da Boa Vista, Socorro, Tuiuti e Vargem.

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO

Piso Salarial

SINTHORESCA: R. das Rosas, 832, V. Assunção, CEP 13940-000, tel. 19 3824-3367, Águas de Lindoia-SP, www.sinthoresca.org.br
SINHORES: R. Barão de Paranapanema, 235, Bosque, CEP 13026-010, tel. 19 3254-2211, Campinas-SP, www.sindhoteis-campinas.com.br

3.ª NORMAS - REGIME ESPECIAL DE PISO SALARIAL – REPIS.

Objetivando dar tratamento diferenciado e favorecido às microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e aos microempreendedores individuais (MEI), institui-se o Regime Especial de Piso Salarial – REPIS, que se regerá pelas normas a seguir estabelecidas:

§ 1º - Atendidos todos os requisitos previstos nesta Convenção Coletiva de Trabalho (2021/2023), as empresas que optarem pelo REPIS receberão da entidade sindical patronal, em conjunto com o sindicato da categoria profissional, sem qualquer ônus, certificado de enquadramento no Regime Especial de Piso Salarial – CERTIFICADO DE ADESÃO AO REPIS –, que lhes facultará a prática de pisos salariais com valores diferenciados daqueles previstos para empresas em geral, conforme abaixo.

§ 2º - O PRAZO para as empresas aderirem ao REPIS 2021/2022 se encerrará no dia 31 DE MAIO DE 2021.

§ 3º - Os benefícios após o ADITAMENTO dos reajustes das cláusulas econômicas, somente serão extensivos as empresas que fizerem adesão no prazo determinado no parágrafo 2º desta cláusula, observando-se a clausula 4ª da presente Convenção Coletiva 2021/2023.

§ 4º - Definição de ME, EPP e MEI. Para efeitos desta cláusula, consideram-se microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e os microempreendedores individuais (MEI), as pessoas jurídicas que aufiram receita bruta anual nos seguintes limites:

- Microempresas (ME): faturamento igual ou inferior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);
- Empresas de Pequeno Porte (EPP): faturamento superior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e inferior a R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais);
- Microempreendedores Individuais (MEI): faturamento igual ou inferior a R$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais).

§ 5º - Havendo legislação superveniente que altere esses limites, prevalecerão os novos valores fixados.

§ 6º - Solicitação do Certificado de Adesão ao REPIS. Para adesão ao REPIS as empresas deverão requerer a expedição de CERTIFICADO DE ADESÃO AO REPIS através de encaminhamento ao sindicato patronal de formulário, assinado por sócio da empresa e por contabilista responsável, com as seguintes informações:

a) Razão social, número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), Código Nacional de Atividade Econômica (CNAE), Número de Inscrição no Registro de Empresas (NIRE), capital social registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo-JUCESP, faturamento anual, número de empregados, endereço completo, identificação do sócio da empresa e do contabilista responsável;

b) Declaração de que a receita auferida no ano-calendário vigente ou proporcional ao mês da declaração permite enquadrar a empresa como microempresa (ME), empresa de pequeno porte (EPP) ou microempreendedor individual (MEI), no Regime Especial de Piso Salarial – REPIS 2021/2022;

c) Compromisso e comprovação do cumprimento integral da pressente Convenção Coletiva de Trabalho.

§ 7º - Fornecimento do Certificado de Adesão ao REPIS. O cumprimento dos pré-requisitos para adesão ao REPIS será objeto de análise pelos sindicatos profissional e patronal. Constatado o enquadramento da empresa solicitante, os sindicatos profissional e patronal fornecerão, em conjunto, CERTIFICADO DE ADESÃO AO REPIS, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data do recebimento da solicitação, devidamente acompanhada da documentação exigida. Em se constatando qualquer irregularidade, a empresa solicitante será comunicada

SINTHORESCA: R. das Rosas, 832, V. Assunção, CEP 13940-000, tel. 19 3824-3367, Águas de Lindoia-SP, www.sinthoresca.org.br
SINHORES: R. Barão de Paranapanema, 235, Bosque, CEP 13026-010, tel. 19 3254-2211, Campinas-SP, www.sindhoteis-campinas.com.br

para que regularize sua situação no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, sob pena de indeferimento do pedido.

§ 8º - Desenquadramento. A falsidade da declaração, uma vez constatada, ocasionará o desenquadramento da empresa do REPIS e a incidência do piso salarial para empresas em geral durante toda a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

§ 9º - Renovação do REPIS. Independentemente de já possuir Certidão de Adesão ao REPIS, com validade até 28 de fevereiro de 2021, as empresas que desejarem aderir ao REPIS 2021/2022 deverão requerer a Renovação da Certidão de Adesão ao REPIS, nos termos desta cláusula.

_____4.ª Piso Salarial REPIS (Regime Especial Piso Salarial)

A partir de **1º de MARÇO de 2021**, o Piso Salarial REPIS, aos empregados contratados para trabalhar em empresas que se enquadrarem no REPIS (Regime Especial de Piso Salarial) em conformidade ao estabelecido na clausula 3ª, será de **R$ 1.410,00 (um mil, quatrocentos e dez reais)**, devendo ser reajustado, após a conclusão das negociações coletivas da forma de aplicação de índice, por meio de aditamento.

§ 1º - Durante a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho as microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e microempreendedores individuais (MEI) aderentes ao REPIS, o Piso Salarial de Ingresso REPIS, para os primeiros 90 (noventa) dias do contrato de trabalho, será de **R$ 1.256,00** (um mil, duzentos e cinquenta e seis reais) a partir de 1º de março. Após este período, será observado o piso salarial previsto no *caput* desta cláusula. Devendo ser reajustado, após a conclusão das negociações coletivas da forma de aplicação de índice, por meio de aditamento.

§ 2º - Fica acordado entre os sindicatos convenentes, que entre 1º de maio de 2021 a 31 de maio de 2021, será promovida negociação para o aditamento a esta Convenção, para a forma de aplicação de índice de reajustes.

§ 3º - Após a conclusão das negociações de reajuste das cláusulas econômicas, somente poderão usufruir o PISO SALARIAL REPIS, as empresas que efetuaram a adesão no prazo determinado no §2º da clausula 3ª.

_____5.ª PISO SALARIAL EMPRESAS EM GERAL.

A partir de **1.º de março de 2021**, o Piso Salarial, aos empregados contratados para trabalhar em empresas que **NÃO** se enquadrarem no REPIS (Regime Especial de Piso Salarial) em conformidade ao estabelecido na clausula 3ª, será de **R$ 1.575,00 (um mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais),** devendo ser reajustado, após a conclusão das negociações coletivas da forma de aplicação de índice, por meio de aditamento.

§ 1.º. Os empregados com vínculo empregatício com empresas que **NÃO** aderiram ao REPIS no período 2020/2021 e que percebiam o piso salarial das empresas em geral até 28 de fevereiro de 2021, terão seus salários reajustados nos termos da cláusula 6.ª da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

§ 2.º. Nos primeiros 90 (noventa) dias do contrato de trabalho, o piso salarial será de **R$ 1.417,00** (um mil, quatrocentos e dezessete reais) **a partir de 1.º de março de 2021**, devendo ser reajustado, após a conclusão das negociações coletivas da forma de aplicação de índice, por meio de aditamento. Após este período, será observado o piso salarial previsto no *caput* desta cláusula.

§3.º. As partes estipulam que os salários normativos acima poderão ser considerados para efeitos de salário-hora, utilizando-se o divisor de 220 (duzentos e vinte) horas mensais, nos casos em que a jornada de trabalho seja inferior à carga mensal.

SINTHORESCA: R. das Rosas, 832, V. Assunção, CEP 13940-000, tel. 19 3824-3367, Águas de Lindoia-SP, www.sinthoresca.org.br
SINHORES: R. Barão de Paranapanema, 235, Bosque, CEP 13026-010, tel. 19 3254-2211, Campinas-SP, www.sindhoteis-campinas.com.br

§ 4.º. As partes estipulam que o piso salarial acima poderá ser considerado para efeitos de salário-dia, utilizando-se o divisor de 30 (trinta) dias mensais, nos casos em que a jornada de trabalho seja inferior a essa carga mensal.
§ 5.º. Nos casos dos parágrafos segundo e terceiro, será devido o pagamento do descanso semanal remunerado, cuja apuração observará a mesma regra.
§ 6º - Fica acordado entre os sindicatos convenentes, que entre 1º de maio de 2021 a 31 de maio de 2021, será promovido a negociação para o aditamento a esta Convenção, para a forma de aplicação de índice de reajustes.

Reajustes/Correções Salariais

_____6.ª CORREÇÃO SALARIAL

Aos empregados que percebem acima dos Pisos Salariais, ficaram inalterados até **que sejam concluídas as negociações das cláusulas econômicas.**
Parágrafo Único. Fica acordado que entre 1.º de maio de 2021 e 31 de maio de 2021, os sindicatos convenentes promoverão negociação para o aditamento a esta Convenção Coletiva de Trabalho para tratar da forma de aplicação dos índices de reajuste salarial aos empregados com salários acima dos Pisos Salariais.

_____7.ª EMPREGADO ADMITIDO APÓS 1.º DE MARÇO DE 2020

Aos empregados admitidos após 1.º de março de 2020 será garantido o mesmo reajustamento salarial concedido ao paradigma, desde que configurados os requisitos do artigo 461 da Consolidação das Leis do Trabalho. Na hipótese de inexistência de paradigma, de empregado contratado com período inferior a 180 dias ou se tratando de empresa constituída após 1.º de março de 2020, o reajustamento salarial será devido na razão de 1/12 (um doze avos) do seu valor por mês ou fração mínima de 15 (quinze) dias trabalhados, obedecida a média salarial do respectivo período, obtida nos termos da cláusula 6.ª.

_____8.ª COMPENSAÇÃO

Observado o disposto na cláusula 6ª, serão compensados os aumentos ou antecipações salariais concedidos espontaneamente, por lei ou imposição legal, com exceção aos provenientes de implementos de idade, término de aprendizagem, promoção, transferência de cargo ou função, estabelecimento ou localidade e de equiparação salarial.

_____9.ª SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO

Fica garantido ao empregado substituto o mesmo salário percebido pelo empregado substituído provisoriamente.

Pagamento de Salário - Formas e Prazos

_____10.ª COMPROVANTE DE PAGAMENTO

As empresas se obrigam a fornecer comprovantes de pagamento de salários contendo as discriminações das importâncias pagas ou descontadas para suas identificações e conhecimento, bem como a identificação da empresa e o valor do recolhimento do FGTS.
Parágrafo Único. Quando o pagamento do salário ou vale for efetuado mediante cheque ou depósito bancário, as empresas estabelecerão condições e meios para os empregados receberem no dia em que estiver previsto o pagamento, sem que seja prejudicado nos seus intervalos para refei-

SINTHORESCA: R. das Rosas, 632, V. Assunção, CEP 13940-000, tel. 19 3824-3367, Águas de Lindoia-SP, www.sinthoresca.org.br
SINHORES: R. Barão de Paranapanema, 235, Bosque, CEP 13026-010, tel. 19 3254-2211, Campinas-SP, www.sindhoteis-campinas.com.br

ções ou descanso, observando-se, ainda, que o pagamento efetuado através de cheque deverá ser nominal e em hipótese alguma para ser compensado.

_____11. ADIANTAMENTO DE SALÁRIO - VALE

Garantidas as condições mais benéficas ao empregado, já existentes, as empresas concederão aos seus empregados, 15 (quinze) dias após o pagamento do salário mensal, um adiantamento salarial mensal (vale) equivalente a 30% (trinta por cento) do salário vigente do respectivo mês, salvo manifestação expressa contrária do trabalhador, sendo que, quando tal dia recair em sábado, domingo ou feriado, o pagamento será efetuado no dia útil anterior.

_____12. ATRASO NO PAGAMENTO

As empresas que atrasarem o pagamento dos salários mensais, vales, décimo terceiro salário ou férias, incidirão na multa, por infração, assim considerada cada atraso, de até um salário nominal do empregado prejudicado, a critério do Sindicato Profissional, multa essa que reverterá em favor desse empregado, sem prejuízo de outras sanções cabíveis (Lei n. 7.855, de 24.10.1989).

Salário Estágio/Menor Aprendiz

_____13. SALÁRIO DO MENOR APRENDIZ

Durante 90 (noventa) dias da admissão ao trabalho na empresa, os menores aprendizes, perceberão o salário mínimo vigente. Após esse período e enquanto permanecer na condição de aprendiz será observado o piso salarial de ingresso na categoria, conforme estabelecem as cláusulas 4ª e 5ª deste instrumento.

§ 1.º. O número de menores contratados na forma prevista no *caput* deste artigo fica limitado a 10% (dez por cento) do efetivo de cada empresa.

§ 2.º. As empresas com menos de 10 (dez) empregados poderão contratar somente um aprendiz.

§ 3.º. Fica acordado entre os sindicatos convenentes, que entre 1º de maio de 2021 a 31 de maio de 2021, será promovida a negociação para o aditamento a esta Convenção, para a forma de aplicação de índice de reajustes.

Descontos Salariais

_____14. AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO

As empresas poderão descontar mensalmente dos salários de seus empregados, de acordo com o artigo 462 da CLT, os descontos permitidos por lei, os descontos previstos por esta Convenção Coletiva de Trabalho, os decorrentes de Acordos Coletivos de Trabalho, as mensalidades e contribuições sindicais e, desde que previamente autorizados por escrito pelos próprios empregados, os descontos correspondentes a seguro de vida em grupo e empréstimo pessoal.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS

Adicional de Hora Extra

_____15. HORAS EXTRAS

Fica estipulado que as horas extras trabalhadas receberão um adicional de 75% (setenta e cinco por cento).

SINTHORESCA: R. das Rosas, 832, V. Assunção, CEP 13940-000, tel. 19 3824-3367, Águas de Lindoia-SP, www.sinthoresca.org.br
SINHORES: R. Barão de Paranapanema, 235, Bosque, CEP 13026-010, tel. 19 3254-2211, Campinas-SP, www.sindhoteis-campinas.com.br

Adicional de Tempo de Serviço

_____16. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

Será concedida aos trabalhadores a importância equivalente a 1,0% (um por cento) dos respectivos salários nominais por cada período de 5 (cinco) anos de serviços prestados ao mesmo empregador, o qual refletirá em todas as demais verbas contratuais a título de adicional por tempo de serviço. Para efeito de início de contagem do tempo de serviço será considerada a data de 1.º de janeiro de 2000.

Adicional Noturno

_____17. ADICIONAL NOTURNO

A remuneração do trabalho noturno, ou seja, aquele prestado no período compreendido entre 22:00 e 5:00 horas, será acrescida do adicional de 25% (vinte e cinco por cento).

Outros Adicionais

_____18. ESTIMATIVA DE GORJETAS - TAXA DE SERVIÇOS

Em face do que dispõe o Art. 457 da Consolidação das Leis de Trabalho - CLT, na redação dada pela Lei nº 13.419/2017, e com o objetivo de regulamentar a Gorjeta consuetudinária do setor de hotéis, restaurantes, bares e estabelecimentos similares, ou seja, hospedagem em geral, fornecimento de alimentação preparada e bebidas a varejo, são estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:

Parágrafo Único. As partes reconhecem que o dispositivo legal mencionado sugere a existência de **dois tipos** de gorjetas, quais sejam:

a) **As COMPULSÓRIAS,** também conhecidas como Taxas de Serviço, cobradas como adicionais das contas de despesas dos consumidores/clientes, e;
b) **As ESPONTÂNEAS.**

DAS GORJETAS COMPULSÓRIAS

A. Será considerada a modalidade de gorjetas COMPULSÓRIAS, quando estas forem fixadas nas notas de despesas ou pré-contas entregues aos clientes, acompanhadas dos dizeres "TAXA DE SERVIÇO" ou "GORJETA".

§ 1º. As empresas que cobrarem essa modalidade de gorjeta sobre o valor de suas notas fiscais de vendas ao consumidor ou documento equivalente, a título de taxa de serviço ou expressão semelhante, deverão proceder à distribuição e rateio aos empregados, de acordo com os critérios aprovados e endossados pelos empregados por meio de acordo coletivo de trabalho, celebrado pelo Sindicato Profissional e assistido pelo Sindicato Patronal.

§ 2º. Do montante mensal arrecadado a título de GORJETA COMPULSÓRIA, poderá ser procedida a retenção pela empresa, para custear os encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, derivados da sua integração à remuneração dos empregados, os seguintes percentuais:

I. Nas empresas enquadradas no regime de tributação federal diferenciado, poderão ser retidos até 20% (vinte por cento) do total arrecadado.
II. Nas demais empresas que não se enquadrem no regime de tributação federal diferenciado poderão ser retidos até 33% (trinta e três por cento) do total arrecadado.

§ 3º. A homologação do Acordo Coletivo de Trabalho, será feito por ambos os sindicatos, profissional e patronal, para a retenção e rateio da GORJETA COMPULSÓRIA estará condicionada à

SINTHORESCA: R. das Rosas, 832, V. Assunção, CEP 13940-000, tel. 19 3824-3367, Águas de Lindoia-SP, www.sinthoresca.org.br
SINHORES: R. Barão de Paranapanema, 235, Bosque, CEP 13026-010, tel. 19 3254-2211, Campinas-SP, www.sindhoteis-campinas.com.br

apresentação de documento assinado, em que informa o critério de distribuição e rateio aprovado e endossado pelos empregados.

DAS GORJETAS ESPONTÂNEAS

B. Será considerada a modalidade de GORJETAS ESPONTÂNEAS aquela em que os valores são pagos diretamente ao empregado e que não sejam incluídos ou discriminados nas notas de despesas ou pré-contas entregues aos clientes da empresa, que deverá ser firmada mediante Acordo Coletivo de Trabalho com assistência do Sindicato Profissional.

§ 1º. Nessa modalidade, o rateio das gorjetas é de responsabilidade dos próprios trabalhadores, que se encarregarão, se assim entenderem, de promover entre eles os meios de apuração e o rateio de todo o montante arrecadado, concedido espontaneamente pelos clientes do estabelecimento comercial, ficando vedada a retenção de qualquer valor por parte da empresa.

§ 2º. Não descaracteriza a modalidade, o fato de parte das gorjetas vir a ser concedida por meio de cartão de crédito ou de débito, podendo as empresa reter até 5% (cinco por cento) para reembolso das despesas com as operadoras dos referidos cartões, hipótese na qual o empregador deve repassar o quinhão dos empregados, na forma por eles estabelecida mediante acordo celebrado entre os empregados e com a aprovação da maioria simples deles, tão logo receba os valores devidos pelas administradoras dos cartões, mediante a assistência do Sindicato Profissional.

§ 3º. Em razão do fato das GORJETAS ESPONTÂNEAS serem facultativas, desvinculadas da nota de despesa (pré-conta), além de administradas e rateadas pelos próprios empregados, salvo prova em contrário, não é possível ao empregador precisar quanto cada um deles aufere mensalmente com o rateio das gratificações espontaneamente oferecidas pelos clientes do estabelecimento comercial, razão pela qual o estabelecimento estará totalmente isento de qualquer responsabilidade sobre a arrecadação, apuração e rateio sobre as gorjetas espontâneas.

§ 4º. Para os fins da modalidade de gorjeta desta cláusula, e tendo-se a frente a necessidade de estimar sobre a base de cálculo para custeio de encargos sociais, previdenciário e trabalhistas derivados da sua integração à remuneração dos empregados, fica estabelecido que os valores estimados serão no mínimo aqueles estipulados na Tabela de Estimativa de Gorjetas, abaixo, servindo de base de cálculo para todos os encargos, e cabendo a empresa deliberar se os valores serão devidos ou não aos empregados.

DA ISENÇÃO DE GORJETA

C. Os critérios estabelecidos nos itens anteriores regulando o recebimento de gorjeta, não se aplicam às empresas consideradas caseiras e domiciliares e às empresas que, conforme declaração especifica a ser emitida pelos Sindicato Patronal e Sindicato Profissional (Termo de Enquadramento), expressamente vedarem a cobrança de taxa de serviço de qualquer espécie, sejam gorjetas Compulsórias ou Espontâneas.

Parágrafo Único. As empresas que vedam a cobrança de taxa de serviços e que não efetuarem o requerimento de TERMO de ENQUADRAMENTO quanto à isenção de gorjeta, e não formalizarem por meio de Acordo Coletivo de Trabalho tanto no rateio sobre as Gorjetas Compulsórias ou Espontâneas, deverão proceder ao pagamento integral em favor do empregado da Tabela de Estimativa de Gorjeta prevista nesta Convenção Coletiva de Trabalho.

D. Para o pleno exercício da faculdade estabelecida nessa cláusula, será obrigatório o protocolo de TERMO DE ENQUADRAMENTO quanto a isenção da gorjeta, a ser feito diretamente pela empresa interessada junto ao Sindicato Patronal e no Sindicato Profissional.

E. Ficam estipulada as **TABELAS DE ESTIMATIVA DE GORJETAS** abaixo, que fará parte integrante da presente, devendo as mesmas serem anotadas na CTPS do empregado e computadas no pagamento de todas as verbas contratuais, se não ocorrer por parte da empresa adesão do TERMO de ENQUADRAMENTO de isenção de gorjeta, e não formalizarem por meio de Acordo Coletivo de Trabalho o rateio sobre as Gorjetas Compulsórias ou Espontâneas em estrita observância as condições acima estipuladas.

SINTHORESCA: R. das Rosas, 832, V. Assunção, CEP 13940-000, tel. 19 3824-3367, Águas de Lindoia-SP, www.sinthoresca.org.br
SINHORES: R. Barão de Paranapanema, 235, Bosque, CEP 13026-010, tel. 19 3254-2211, Campinas-SP, www.sindhoteis-campinas.com.br

F. No caso das empresas que já mantém Acordo para a cobrança da Taxa de Serviço ou Gorjeta, há a necessidade da regularização do seu enquadramento na forma desta cláusula.

G. A validade do Termo de Enquadramento quanto a isenção da gorjeta, após sua formalização, será pelo prazo de vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

TABELA DE ESTIMATIVA DE GORJETAS PARA EMPRESAS EM GERAL
(Em vigor a partir de 01.03.2021)

Número de empregados da empresa	Valor
Até 5	R$ 104,99
De 6 a 10	R$ 120,10
De 11 a 25	R$ 135,21
De 26 a 50	R$ 151,32
De 51 a 100	R$ 165,43
Acima de 100	R$ 180,55

TABELA DE ESTIMATIVA DE GORJETAS PARA EMPRESAS COM ENQUADRAMENTO DO REPIS
(Em vigor a partir de 01.03.2021)

Número de empregados da empresa	Valor
Até 5	R$ 101,07
De 6 a 10	R$ 115,62
De 11 a 25	R$ 130,17
De 26 a 50	R$ 144,72
De 51 a 100	R$ 159,27
Acima de 100	R$ 173,80

§ 5º - Fica acordado entre os sindicatos convenentes, que entre 1º de maio de 2021 a 31 de maio de 2021, será promovida a negociação para o aditamento a esta Convenção, para a forma de aplicação de índice de reajustes, sobre as tabelas de estimativa de gorjetas.

Auxílio Alimentação

19. REFEIÇÃO (TICKET REFEIÇÃO)

Garantidas as condições mais benéficas ao empregado, já existentes, as empresas concederão aos seus empregados tickets refeição, no valor mínimo de **R$ 19,05** (dezenove reais e cinco centavos), na razão de um para cada dia efetivamente trabalhado, a partir de 1º de março de 2021, devendo ser reajustado, após a conclusão das negociações coletivas da forma de aplicação de índice, por meio de aditamento.

§ 1.º. As empresas que fornecem refeição a seus empregados ficam desobrigadas do cumprimento desta cláusula.

§ 2.º. Resguardadas as condições mais benéficas já aplicadas aos trabalhadores, as empresas que fornecem refeição aos seus empregados, poderão descontar a título de refeição a quantia de 32,45 (trinta e dois reais e quarenta e cinco centavos) a partir de 1º de março de 2021, devendo ser rea-

SINTHORESCA: R. das Rosas, 832, V. Assunção, CEP 13940-000, tel. 19 3824-3367, Águas de Lindoia-SP, www.sinthoresca.org.br
SINHORES: R. Barão de Paranapanema, 235, Bosque, CEP 13026-010, tel. 19 3254-2211, Campinas-SP, www.sindhoteis-campinas.com.br

justado, após a conclusão das negociações coletivas da forma de aplicação de índice, por meio de aditamento.

§ 3º - Fica acordado entre os sindicatos convenentes, que entre 1º de maio de 2021 a 31 de maio de 2021, será promovida a negociação para o aditamento a esta Convenção, para a forma de aplicação de índice de reajustes.

_____20. CESTA BÁSICA

Resguardadas as condições mais benéficas já existentes, as empresas concederão mensalmente a seus empregados Cesta Básica de Alimentos composta de produtos que atinjam os seguintes valores:

a) De **R$ 179,20** (cento e setenta e nove reais e vinte centavos) a partir de **1.º de março de 2021,** para as empresas devidamente enquadradas no REPIS, devendo ser reajustado, após a conclusão das negociações coletivas da forma de aplicação de índice, por meio de aditamento.

b) De **R$ 231,10** (duzentos e trinta e um reais e dez centavos) entre **1.º de março de 2021,** para as empresas **NÃO** enquadradas no REPIS, devendo ser reajustado, após a conclusão das negociações coletivas da forma de aplicação de índice, por meio de aditamento.

§ 1.º. A condição básica para o empregado fazer jus à Cesta Básica de Alimentos ou Vale Alimentação substitutivo, previstos nesta cláusula é a sua pontualidade e sua assiduidade no mês imediatamente anterior.

§ 2.º. As faltas injustificadas, bem como atrasos diários de 10 (dez minutos), farão com que os empregados percam o direito ao recebimento da cesta básica.

§ 3.º. As empresas que concederem assistência médica e/ou odontológica gratuitas ou subsidiadas, bonificação e prêmios, em valor acima de **R$ R$ 231,10** (duzentos e trinta e um reais e dez centavos) a partir de **1.º de março de 2021**, estarão isentas da obrigação prevista nesta cláusula, devendo ser reajustado, após a conclusão das negociações coletivas da forma de aplicação de índice, por meio de aditamento.

§ 4.º. Não serão consideradas bonificações e prêmios os valores pagos a título de gorjetas, taxas de serviço e outras verbas salariais habitualmente pagas pelo empregador.

§ 5.º. A Cesta Básica de Alimentos e o Vale Alimentação a que se refere esta cláusula, não integrará a remuneração do empregado para quaisquer efeitos legais, não caracterizando salário "in natura".

§ 6º - Fica acordado entre os sindicatos convenentes, que entre 1º de maio de 2021 a 31 de maio de 2021, será promovido aditamento a esta Convenção, para a forma de aplicação de índice de reajustes.

Auxílio Transporte

_____21. TRANSPORTE NOTURNO

As empresas fornecerão transporte próprio e gratuito a todos os empregados que estiverem cumprindo jornada de trabalho após as 23:00 horas, desde que residam em local distante devidamente comprovado.

Outras Normas Referente a Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

_____22. BEM ESTAR SOCIAL

Fica estabelecida a obrigatoriedade de cumprimento do benefício Bem-Estar Social, aos empregados e Instituições empregadoras, garantindo melhores condições à categoria e concedendo

vantagens e segurança aos trabalhadores e empregadores, devendo ser cumprida nas condições a seguir.

§ 1º - PLANO OURO

BENEFÍCIOS	VALOR	PARCELAS	DESCRIÇÃO
BENEFÍCIO KIT NATALIDADE	R$ 450,00	-	Nascimento de filho(a) da empregada titular.
BENEFÍCIO CESTA BÁSICA	R$ 500,00	1	Afastamento por doença superior a 60 dias.
BENEFÍCIO PÓS-CIRÚRGICO	R$ 500,00	1	Afastamento por acidente superior a 30 dias seguido de procedimento cirúrgico.
BENEFÍCIO ORTOPÉDICO	Até R$ 600,00	1	Afastamento por acidente superior a 30 dias com locação ou compra de aparelhos.
BENEFÍCIO ALIMENTAR POR AFASTAMENTO	R$ 1.000,00	1	Afastamento por doença superior a 90 dias.
BENEFÍCIO CRECHE	R$ 600,00	1	Matrícula do(a) filho(a) em creche particular.
BENEFÍCIO CASAMENTO	R$ 900,00	1	Em caso de casamento do titular.
BENEFÍCIO PSICOLÓGICO SOLIDÁRIO	Até R$ 1.350,00	-	Afastamento superior a 150 dias, com acompanhamento com psiquiatra ou psicólogo.
BENEFÍCIO APOSENTADORIA	R$ 2.000,00	1	Aposentadoria do titular.
BENEFÍCIO KIT ESCOLA	Até R$ 500,00	1	Aquisição de material escolar de filho(s) matriculado(s) em escola particular no Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano).
BENEFÍCIO NUTRICIONAL	-	-	Disponibilizar apoio nutricional ao titular por telefone.
BENEFÍCIO FITNESS	-	-	Disponibilizar assistência "personal fitness" ao titular por telefone.
BENEFÍCIO ASSISTÊNCIA PSICOLÓGICA	-	-	Disponibilizar apoio psicológico ao titular por telefone ou videochamada, priorizando a saúde mental.
ASSISTÊNCIA JURÍDICA	-	-	Disponibilizar orientação jurídica on-line ao titular (chat ou parecer).
CLUBE DE VANTAGENS	-	-	Rede de descontos nacional.

BENEFÍCIOS	VALOR	DESCRIÇÃO
MORTE ACIDENTAL – MA	R$ 5.000,00	Morte do Segurado em consequência exclusiva de Acidente Pessoal coberto, exceto se decorrente de Riscos Excluídos.
DIÁRIA DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR POR ACIDENTE	Até 30 diárias de R$ 200,00 cada	Em caso de hospitalização causada exclusivamente por Acidente Pessoal coberto, exce-

– DIHA		to se decorrente de Riscos Excluídos.
4 SORTEIOS MENSAIS (SÉRIE FECHADA)	R$ 500,00	Valores líquidos de Imposto de Renda.

BENEFÍCIOS	VALOR	PARCELAS	DESCRIÇÃO
REEMBOLSO DE RESCISÃO	R$ 2.000,00	1	Pagamento de rescisão de empregado com no mínimo sete anos de vínculo empregatício ininterrupto em regime CLT.
BENEFÍCIO CAPACITAÇÃO	R$ 1.000,00	1	Verba para treinamento em razão da admissão de trabalhador acima de 60 anos ou portador de deficiencia.
REEMBOLSO DE LICENÇA PATERNIDADE	R$ 450,00	1	Licença do empregado titular.
REEMBOLSO DE LICENÇA MATERNIDADE	R$ 600,00	1	Licença da empregada titular.
REEMBOLSO DE AFASTAMENTO POR ACIDENTE	R$ 1.500,00	1	Afastamento do titular por acidente, superior a 30 dias.

BENEFÍCIOS	VALOR	DESCRIÇÃO
RESCISÃO TRABALHISTA EM CASO DE MORTE ACIDENTAL	Até R$ 2.000,00	Reembolsar despesas com pagamento de verbas rescisórias, em consequência exclusiva de Morte Acidental do Segurado, exceto se decorrente de Riscos Excluídos.

§ 2º - Do Manual.

I. O Manual de Orientações e Regras, que estabelece os critérios para utilização dos benefícios desta cláusula, será encaminhado via e-mail para todas as Instituições empregadoras e a todos os empregados que solicitarem.

II. O empregador, obrigatoriamente, contribuirá com o valor mensal de **R$ 21,00 (vinte e um reais)** por empregado.

§ 3º - A Instituição empregadora deverá informar através do e-mail: **cadastro@centraldosbeneficios.com.br,** até o dia 25 de cada mês, os empregados admitidos e ou demitidos, lembrando que caso o dia padrão para envio seja finais de semana ou feriado, o envio deve ser antecipado para o último dia útil que antecede o dia 25, para inclusão e ou baixa do empregado no benefício. No caso da não informação dentro do prazo, não será possível efetuar alterações no boleto.

§ 4º - Para garantia das coberturas e assistência contratadas por intermédio desta negociação coletiva, a Instituição empregadora deverá proceder ao pagamento do valor estipulado para o benefício por cada empregado, através de boleto bancário enviado **mensalmente via e-mail**. Caso a Instituição empregadora não receba o boleto até 5 dias antes do vencimento deverá solicitá-lo através do telefone: (31) 3297-5353 ou e-mail: **cobranca@centraldosbeneficios.com.br.**

§ 5º - No caso de trabalhadores afastados antes do início do BEM-ESTAR SOCIAL, a Instituição empregadora fica isenta da obrigatoriedade de inclusão, até que este retorne suas atividades. No

caso de trabalhadores afastados após sua inclusão no referido benefício, a Instituição empregadora continua responsável pelo pagamento da mensalidade dos mesmos. **Caso o empregado tenha trabalhado na Instituição empregadora no mínimo um dia, ele ficará ativo no benefício até o último dia do mês, sendo assim, o nome dele constará no boleto de vigência referente ao mês coberto, lembrando que a Instituição empregadora deverá informar a demissão no prazo correto.**

§ 6º - A Instituição empregadora se compromete a arcar com o custo integral do referido benefício, conforme valor definido, para cada um dos seus empregados, mensalmente.

§ 7º - A inadimplência de qualquer boleto em atraso igual ou superior a 20 (vinte) dias do vencimento original acarretará a suspensão de todos os empregados no benefício. Após a quitação de todas as pendências, a Instituição empregadora deverá encaminhar a relação de empregados atualizada para reinclusão, e eles serão incluídos com nova data de vigência. Com a suspensão da utilização por inadimplência, a Instituição empregadora é responsável pelos custos advindos da necessidade de uso de cada beneficiário e deverá efetuar o ressarcimento devidamente atualizado e corrigido dos meses em que o empregado não esteve ativo no benefício, a título de indenização. Em função da continuidade da inadimplência a cobrança será judicial, e ainda, o título poderá ser protestado, por descumprimento desta CCT, o que não isenta à Instituição empregadora da quitação de pagamento(s) pendente(s).

§ 8º - Todos os empregados receberão um Certificado Individual expedido pela seguradora. Todas as coberturas securitárias são garantidas por seguradora habilitada pela SUSEP. Caso necessite das Condições Gerais solicite pelo e-mail certificados@centraldosbeneficios.com.br.

§ 9º - O presente benefício, Bem-Estar Social, aplica-se a todos empregados em qualquer modalidade de contrato de trabalho, sendo elas: contrato de trabalho por tempo indeterminado, por prazo determinado, incluindo período de experiência, temporário e outros.

§ 10º - As Instituições empregadoras que oferecem os mesmos benefícios previstos nesta cláusula aos seus empregados por meio de outro prestador contratado, ficam isentas de cumprir a obrigatoriedade com a parceria mencionada nesta clausula, desde que comprovem que a empresa contratada garante o pagamento dos benefícios e vantagens previstos no parágrafo primeiro desta cláusula e que não sejam inferiores e/ou em menor quantidade dos que estão elencados nesta cláusula, mediante comprovação anual da permanência dos empregados no benefício contratado. Para análise das condições do benefício oferecido, a Instituição empregadora deve enviar para o e-mail do sindicato cópia do contrato ou proposta com o prestador de serviço, a relação dos empregados que utilizam/utilizarão o benefício, o último boleto pago ao prestador com autenticação bancária legível e quaisquer documentos que possam causar ônus aos trabalhadores.

§ 11º - A Instituição empregadora deverá preencher o Termo de Adesão encaminhado pela Administradora ou solicitado pelo e-mail: cadastro@centraldosbeneficios.com.br . O preenchimento e aceite são obrigatórios devido à natureza da CCT.

§ 12º - Em caso de prejuízo ao empregado por inadimplência e/ou descumprimento pelo empregador, a Instituição empregadora configura-se como inteiramente responsável pelo pagamento das garantias estabelecidas nesta clausula, quando da ocorrência dos eventos, bem como permanece regulamente responsável pelo descumprimento da presente CCT, assumindo todo ônus pelo indevido descumprimento.

23. CONVÊNIO ODONTOLÓGICO

Fica ajustado entre os sindicatos convenentes, que entre 1º de maio de 2021 a 31 de maio de 2021, será promovido por aditamento a esta Convenção, a possibilidade de implantação, forma e prazos, de Convenio Odontológico.

SINTHORESCA: R. das Rosas, 832, V. Assunção, CEP 13940-000, tel. 19 3824-3367, Águas de Lindoia-SP, www.sinthoresca.org.br
SINHORES: R. Barão de Paranapanema, 235, Bosque, CEP 13026-010, tel. 19 3254-2211, Campinas-SP, www.sindhoteis-campinas.com.br

Desligamento/Demissão

_____24. GARANTIAS SALARIAIS NA RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Eventuais diferenças ou pagamentos suplementares devidos na rescisão de contrato de trabalho deverão ser pagos até 10 (dez) dias após o ato ou legislação superveniente que os determinou, sob pena de incidir em multa de 1 (um) salário nominal do empregado prejudicado, revertido em favor do trabalhador prejudicado.

_____25. CARTA DE REFERÊNCIA

As empresas deverão fornecer a seus ex-empregados Carta de Referência, sempre que estes solicitarem.

_____26. CARTA DE AVISO DE DISPENSA

Fica estipulado que a empresa ao dispensar qualquer empregado sob a alegação de justa causa ou falta grave, nos termos do artigo 482 da CLT, deverá fazê-lo por escrito, especificando claramente o fato, sob pena de a mesma ser presumida como dispensa imotivada.

_____27. HOMOLOGAÇÕES DE RESCISÕES CONTRATUAIS

A. Homologações de TRCTs.

Os Termos de Rescisão do Contrato de Trabalho (TRCTs) dos empregados com mais de um ano de serviço, abrangidos pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, deverão obrigatoriamente ser homologados no Sindicato Profissional até 10 (dez) dias após o término do contrato de trabalho.

B. Documentos obrigatórios para homologação da rescisão contratual.

As rescisões contratuais somente poderão ser homologadas caso o preposto da empresa apresente os seguintes documentos: Carta de Preposição, Cópia do Contrato Social, Livro ou Ficha de Registro do Empregado, Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho em 5 (cinco) vias, comunicado de Aviso Prévio, Seguro Desemprego, Carteira de Trabalho e Previdência Social atualizada, 6 (seis) últimas Guias de Contribuição da Previdência Social (GRPS), 6 (seis) últimos comprovantes de recolhimento do FGTS, última Contribuição Sindical, 6 (seis) últimos comprovantes de recolhimento das Contribuições Assistenciais referentes ao Sindicato dos Empregados, 6 (seis) últimos comprovantes de recolhimento das Contribuições Assistenciais referentes ao Sindicato Patronal e Atestado de Saúde Ocupacional (NR-7), sendo que aos empregados que se opuseram ao referido recolhimento será assegurado a homologação.

_____28. INDENIZAÇÃO ADICIONAL: DISPENSA TRINTA DIAS ANTES DA DATA BASE

Ao empregado dispensado sem justa causa, dentro do trintídio que antecede a data base da categoria profissional (1.º de março), observados os termos da Súmula n. 182 do Tribunal Superior do Trabalho, fica garantido o recebimento da indenização adicional prevista no artigo 9.º da Lei n. 7.238/84.

_____29. ATESTADO DE AFASTAMENTO E SALÁRIOS (RELAÇÃO DE SALÁRIOS DE CONTRIBUIÇÕES E OUTROS)

No caso de rescisão contratual os empregadores deverão fornecer Atestado de Afastamento e Salários (AAS) ou outro documento necessário à habilitação de algum benefício previdenciário, desde que seja solicitado pelo empregado.

SINTHORESCA: R. das Rosas, 832, V. Assunção, CEP 13940-000, tel. 19 3824-3367, Águas de Lindoia-SP, www.sinthoresca.org.br
SINHORES: R. Barão de Paranapanema, 235, Bosque, CEP 13026-010, tel. 19 3254-2211, Campinas-SP, www.sindhoteis-campinas.com.br

RELAÇÕES DE TRABALHO
CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES
Plano de Cargos e Salários

_____30. PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS

As empresas que contarem com mais de 10 (dez) empregados poderão apresentar ao Sindicato Profissional até 31.05.2021 um Plano de Cargos e Salários, com o objetivo de estabelecer metas salariais a seus empregados, observando critérios de Antiguidade, desempenho na função, assiduidade, produtividade e merecimento, dentre outros.

Qualificação/Formação Profissional

_____31. CURSO DE APERFEIÇOAMENTO E QUALIFICAÇÃO

Os sindicatos convenentes e as empresas desenvolverão projetos visando a realização de cursos que venham a contribuir para o aperfeiçoamento e o desenvolvimento profissional dos trabalhadores.

Estabilidade Mãe

_____32. ESTABILIDADE DA GESTANTE

Fica assegurada à empregada gestante, a estabilidade no emprego prevista no artigo 10, inciso II, alínea "b", do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, desde a confirmação da gravidez até 05 (cinco) meses após o parto.

Parágrafo Único. Em caso de dispensa imotivada, a empregada gestante deverá comunicar sua gravidez ao seu empregador, por escrito, para que a rescisão se torne nula e a mesma retorne ao trabalho, caso em que deverá restituir ou compensar ao empregador as verbas recebidas a título de rescisórias.

Estabilidade Serviço Militar

_____33. GARANTIA AO ALISTANDO

Será concedida aos empregados alistados para a prestação do Serviço Militar obrigatório, uma estabilidade provisória desde o alistamento até 60 (sessenta) dias após o desligamento das fileiras da corporação que vierem a servir, sob pena de indenização do tempo respectivo com todos os consectários legais. Deverá, para tanto, o empregado comunicar o fato à empresa, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias após a "baixa", sua intenção de voltar, perdendo o direito a esta indenização caso não o faça no prazo estipulado.

Estabilidade Aposentadoria

_____34. GARANTIA AO EMPREGADO EM VIAS DE APOSENTADORIA

As empresas concederão garantia de emprego e salário aos empregados que necessitem de até 24 (vinte e quatro) meses para aquisição de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade, nos termos dos artigos 48 e 52 da Lei n. 8.213/91, respectivamente desde que tenham 04 (quatro) anos contínuos de trabalho na empresa, exceto nos casos de rescisão fundada em justa causa ou encerramento da atividade do empregador, desde que assistido pelo Sindicato Laboral em caso de acordo, sendo que nessas hipóteses o Sindicato dos Trabalhadores procederá a homologação.

SINTHORESCA: R. das Rosas, 832, V. Assunção, CEP 13940-000, tel. 19 3824-3367, Águas de Lindoia-SP, www.sinthoresca.org.br
SINHORES: R. Barão de Paranapanema, 235, Bosque, CEP 13026-010, tel. 19 3254-2211, Campinas-SP, www.sindhoteis-campinas.com.br

§ 1.º. Para os fins do previsto no *caput* desta cláusula, o empregado deverá apresentar ao empregador no ato da emissão documento em que conste a contagem do tempo de serviço atestado pelo INSS.

§ 2.º. Cessa-se a estabilidade no momento da aquisição da aposentadoria.

JORNADA DE TRABALHO - DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS

Compensação de Jornada

_____35. COMPENSAÇÕES DE HORAS DE TRABALHO

Acordam as partes, quando viável a supressão total ou parcial do trabalho aos sábados, mediante a compensação de horas com a prorrogação da jornada de segunda a sexta-feira, até o limite das horas suprimidas.

Neste caso, as horas prorrogadas serão pagas sem acréscimo.

Quando o dia a ser compensado recair em feriado, não haverá prorrogação da jornada; caso haja, as excedentes serão pagas como extraordinárias.

Quando o feriado recair em dia de semana, de segunda a sexta-feira, a prorrogação será proporcionalmente transferida para os demais dias úteis.

Para a validade da prorrogação da jornada aqui ajustada, é indispensável a homologação junto ao Sindicato Profissional, do respectivo acordo, cujo pedido deve ser instruído com o quadro de horário compensado e a concordância individual ou coletiva dos empregados envolvidos, especificação da jornada, definição do alcance da supressão, ou seja, total ou parcial, e discriminação dos empregados atingidos.

A condição ora convencionada aplica-se também aos empregados menores e às mulheres.

_____36. BANCO DE HORAS

Acordam as partes sobre a possibilidade de ser firmado Acordo Coletivo de Trabalho, com a participação obrigatória do Sindicato Profissional, para a fixação das normas aplicáveis a título de "Banco de Horas", cujo prazo de validade será de 12 (doze) a 24 (vinte e quatro) meses, e cuja jornada semanal não ultrapasse 54 (cinquenta e quatro) horas, devendo, após os meses estipulados, retornar obrigatoriamente aos Sindicatos Patronais e dos Empregados para efetivar a renovação do respectivo instrumento.

Parágrafo Único: As empresas que firmarem junto ao Sindicato Profissional o Acordo para o Banco de Horas, estarão isentas das cláusulas 13-Horas Extras, 32-Compensação de Horas de Trabalho e 34-Intervalo para Refeição e Descanso da presente Convenção Coletiva, vez que no referido acordo para Banco de Horas estas cláusulas serão ali negociadas e ajustadas, observados os limites máximos previstos nesta Convenção Coletiva.

Intervalos para Descanso

_____37. INTERVALOS PARA REFEIÇÃO E DESCANSO

Todo empregado deverá ter intervalo para refeição e descanso durante a jornada de trabalho, nos termos do artigo 71 e parágrafos da CLT.

Parágrafo Único. Acordam as partes sobre a possibilidade de ampliação do intervalo previsto no *caput* do artigo 71 da CLT, podendo exceder de duas horas, até no máximo de quatro horas diárias, inclusive com a permissão de dois intervalos diários, para descanso e refeição, mediante Acordo Coletivo de Trabalho, com a participação obrigatória dos Sindicatos Profissional e Patronal.

Faltas

_____38. FALTA INJUSTIFICADA

Os trabalhadores que sem justificativas legais, previstas em Lei, faltarem ao trabalho por quinze dias consecutivos ou alternados, por período aquisitivo, independentemente de advertência ou suspensão decorrentes das ausências, serão passíveis de dispensa por justa causa, desde que com a assistência e anuência do Sindicato Profissional.

Outras disposições sobre jornada

_____39. AMAMENTAÇÃO

Para fins de amamentação de que trata o artigo 396 da CLT, os dois intervalos de 30 (trinta) minutos poderão, de comum acordo, através de instrumento escrito, serem convertidos para um único período de 1:00 hora, no início ou término da jornada caso o empregador não se enquadre nas condições previstas no parágrafo 1º do artigo 389 da CLT.

_____40. SAZONALIDADE. HORÁRIO MÓVEL E VARIÁVEL. ACORDO COLETIVO DE TRABALHO

Qualquer alteração contratual temporária decorrente da sazonalidade do setor deverá, além de observar a regra contida no artigo 468 da Consolidação das Leis do Trabalho, ser precedida de Assembleia Geral Extraordinária dos trabalhadores, especialmente convocada para esse fim pelo Sindicato Profissional e ter a participação do Sindicato Patronal.

_____41. FOLGAS DOMINICAIS

Nos termos do artigo 6.º, parágrafo único, da Lei n. 10.101/2000, com a redação dada pela Lei n. 11.603/2007, os trabalhadores abrangidos pela presente Convenção Coletiva de Trabalho terão direito a uma folga dominical mensal.

FÉRIAS E LICENÇAS

Duração e Concessão de Férias

_____42. FÉRIAS

As empresas comunicarão, por escrito, aos empregados, com 30 (trinta) dias de antecedência, a data do início do período do gozo de férias individuais.

O início das férias coletivas ou individuais não poderá coincidir com sábados, domingos, feriados ou dias já compensados, devendo ser fixado sempre a partir do primeiro dia útil da semana.

Quando as férias coletivas abrangerem os dias 25 de dezembro e 1.º de janeiro, esses dias não serão computados como férias.

Outras disposições sobre férias e licenças

_____43. LICENÇA PATERNIDADE

Após o nascimento de filho do empregado, este terá direito a uma licença de 05 (cinco) dias corridos, a contar do dia imediato ao do nascimento, sem prejuízo dos salários correspondentes, na forma do artigo 7.º, XIX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 10, parágrafo 1.º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR
Condições de Ambiente de Trabalho

_____44. BANHEIRO
Ficam as empresas obrigadas a colocar à disposição de seus empregados banheiros para uso exclusivo dos mesmos.

Uniforme

_____45. UNIFORMES E INSTRUMENTOS DE TRABALHO
As empresas fornecerão gratuitamente uniformes, equipamentos, ferramentas e utensílios, quando os mesmos forem exigidos pelas próprias empresas ou através de lei.
Parágrafo Único. Ficam os empregados obrigados a devolver tais uniformes, equipamentos, ferramentas e utensílios quando ocorrer a rescisão do contrato de trabalho, sob pena de os mesmos serem descontados na forma da lei.

Exames Médicos

_____46. NORMA REGULAMENTADORA N. 7 – NR-7
As empresas deverão observar a Norma Regulamentadora n. 7 (NR-7) com a redação da Portaria n. 24, de 29/12/1994.

Aceitação de Atestados Médicos

_____47. ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS
As empresas aceitarão os atestados médicos e odontológicos desde que obedecidos os critérios adotados pelo Regulamento da Previdência Social.

Primeiros Socorros

_____48. PRIMEIROS SOCORROS
As empresas manterão a disposição de seus empregados caixa de primeiros socorros equipada com medicamentos necessários para ocorrências emergenciais.

RELAÇÕES SINDICAIS
Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho

_____49. QUADRO DE AVISOS
As empresas cederão ao Sindicato Profissional espaços de fácil acesso aos empregados para prestação de informações.

Acesso a Informações da Empresa

_____50. CÓPIA DA RAIS E CADASTRO DE EMPREGADOS (mantida a redação original e observando a lei Geral de Proteção de Dados)
As empresas remeterão ao Sindicato Profissional, até 31 de maio de 2021, cópia da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) ou a Declaração que vier a substituir, bem como o cadastro

SINTHORESCA: R. das Rosas, 832, V. Assunção, CEP 13940-000, tel. 19 3824-3367, Águas de Lindoia-SP, www.sinthoresca.org.br
SINHORES: R. Barão de Paranapanema, 235, Bosque, CEP 13026-010, tel. 19 3254-2211, Campinas-SP, www.sindhoteis-campinas.com.br

de todos os empregados com contrato vigente, contendo nome completo, endereço, telefone, CPF, RG, PIS e CTPS.

§ 1.º. Para os empregados admitidos entre o dia 01 de janeiro de 2021 a 30 de março de 2022, a empresa deverá encaminhar o cadastro ao Sindicato Profissional, até o dia 30 de abril, e para os admitidos posterior a 30 de março de 2021, a empresa deverá encaminhar o cadastro ao Sindicato Profissional dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de admissão.

§ 2.º. Tendo em vista que a presente Convenção Coletiva de Trabalho vigerá pelo prazo de dois anos, para o período de 1º de março de 2022 a 28 de fevereiro de 2023, as empresas deverão observar as mesmas datas e referências estabelecidas no *caput* e parágrafo 1º desta cláusula, considerando o ano de 2022.

§ 3.º. O não-cumprimento desta cláusula implicará na incidência de multa, em favor do Sindicato Profissional, nos termos da cláusula 59 da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

Contribuições Sindicais

51. CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL/NEGOCIAL DOS EMPREGADOS

As empresas descontarão em folha de pagamento de seus empregados associados ao Sindicato a Contribuição Assistencial/Negocial fixada pela Assembléia Geral da categoria. A Contribuição Assistencial será de 1,5% (um vírgula cinco por cento) mensal, limitando-se a um teto máximo de R$ 39,00 (trinta e nove reais) sendo descontada nos meses de março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2021, do 13.º salário de 2021 e dos meses de janeiro e fevereiro de 2022 e recolhida aos bancos indicados pelo Sindicato Profissional, através de guias fornecidas por este, até o dia 10 do mês subsequente. O recolhimento em atraso da Contribuição Assistencial acarretará uma multa de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, além de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e demais cominações legais.

Fica assegurado ao trabalhador o direito de oposição ao desconto da Contribuição Assistencial. Esta oposição deverá ser realizada entre os dias 01 de março a 20 de março de 2021, mediante apresentação de carta escrita de próprio punho e protocolada na sede da entidade sindical representativa dos empregados. O Sindicato Profissional enviará às empresas até o dia 25 de março de 2021 a relação dos trabalhadores que se opuseram ao desconto da Contribuição Assistencial.

§ 1.º. As Empresas deverão efetuar o Recolhimento da Contribuição Assistencial referente ao 13º salário até o dia 20 de dezembro e 2021.

§ 2.º. Os trabalhadores associados ao Sindicato e empregados em empresas estabelecidas nos Municípios de Bragança Paulista, Mogi Guaçu e São João da Boa Vista deverão realizar seu direito de oposição ao desconto da Contribuição Assistencial nas respectivas subsedes do Sindicato Profissional. Os demais trabalhadores poderão opor-se ao desconto remetendo suas cartas de oposição através do Correio, dentro do prazo previsto nesta cláusula, prevalecendo a data da postagem.

§ 3.º. A presente cláusula representa a deliberação das assembléias realizadas pelo Sindicato Profissional, ficando convencionado que toda e qualquer divergência, esclarecimento, dúvidas ou ações de ordem econômica, administrativa ou judicial deverão ser tratadas diretamente com o Sindicato Profissional, ficando o Sindicato Patronal isento de qualquer responsabilidade sobre a mesma.

52. CONTRIBUIÇÃO PATRONAL NEGOCIAL

Nos termos do art. 8.º, inciso IV, da Constituição Federal, foi aprovada em Assembléia Geral Extraordinária, a **CONTRIBUIÇÃO PATRONAL NEGOCIAL**, a ser paga trimestralmente, ou

SINTHORESCA: R. das Rosas, 832, V. Assunção, CEP 13940-000, tel. 19 3824-3367, Águas de Lindoia-SP, www.sinthoresca.org.br
SINHORES: R. Barão de Paranapanema, 235, Bosque, CEP 13026-010, tel. 19 3254-2211, Campinas-SP, www.sindhoteis-campinas.com.br

seja, nos meses de março, junho, setembro e dezembro de 2021, de acordo com a seguinte tabela, que serão corrigidos de acordo com a Lei:

EMPRESAS	VALOR
Micro Empreendedor Individual (MEI)	R$ 156,00
Microempresas (ME) e (Eireli)	R$ 312,00
Empresas de Pequeno Porte (EPP)	R$ 468,00
Demais empresas	R$ 728,00

§ 1.º.As empresas com empregados deverão acrescer ao valor das parcelas da Contribuição Patronal Negocial os valores conforme tabela adicional variável por número de empregados:

QUANTIDADE DE FUNCIONÁRIOS	VALOR
Acima 3 até 25 funcionários	R$ 104,00
De 26 a 50 funcionários	R$ 156,00
De 51 a 100 funcionários	R$ 260,00
Acima de 100 funcionários	R$ 520,00

§ 2.º. O recolhimento da Contribuição Patronal Negocial é obrigatório a todos os integrantes da categoria, associados ou não, de acordo com o artigo 8.º da Constituição Federal.
§ 3.º.Após a data de vencimento, incidirá multa de 10% (dez por cento) nos trinta primeiros dias com adicional de 1% (um por cento) a partir do segundo mês.

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

_____53. BALCÃO DE EMPREGO

As empresas poderão conveniar-se com o Sindicato Profissional, assistidas pelo Sindicato Patronal, para indicação de profissionais às vagas de trabalho solicitados pelas mesmas.

_____54. COMISSÃO PERMANENTE

Os Sindicatos Profissional e Patronal criarão uma Comissão Permanente e Paritária, composta por 4 (quatro) membros, que terá como função a discussão de questões municipais, regionais, estaduais e federais que envolvam os interesses diretos de empregados e empregadores, bem como questões atinentes à relações de trabalho na categoria.
§ 1.º. A Comissão Permanente poderá promover eventos envolvendo ambos os Sindicatos.
§ 2.º. A Comissão Permanente poderá dirigir-se diretamente aos governantes e empresários visando apresentar reivindicações e manifestações.
§ 3.º. A Comissão poderá apresentar relatórios sobre as questões debatidas, para posteriores considerações pelas diretorias de ambos os Sindicatos.

DISPOSIÇÕES GERAIS
Mecanismos de Solução de Conflitos

_____55. COMISSÃO INTERSINDICAL DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA

Os Sindicatos convenentes poderão implantar dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da assinatura da presente Convenção Coletiva de Trabalho, Comissões de Conciliação Prévia, de âmbito regional, nos Municípios de Bragança Paulista, Mogi Guaçu, Socorro, São João da Boa Vista e Agu-

SINTHORESCA: R. das Rosas, 832, V. Assunção, CEP 13940-000, tel. 19 3824-3367, Águas de Lindoia-SP, www.sinthoresca.org.br
SINHORES: R. Barão de Paranapanema, 235, Bosque, CEP 13026-010, tel. 19 3254-2211, Campinas-SP, www.sindhoteis-campinas.com.br

as de Lindóia, cuja indicação dos membros será de competência dos presidentes dos Sindicatos Patronal e de Empregados, para dirimir as questões oriundas do descumprimento da Convenção Coletiva de Trabalho, e conciliar de forma intersindical, empregados e empregadores.

§ 1.º.Rescisões contratual de trabalho feitas perante esta Comissão de Conciliação Prévia, com o termo de homologação obrigatoriamente assinado pelo advogado do SINTHORESCA e, facultativamente pelos advogados do trabalhador e da empresa eventualmente constituídos, porá fim a qualquer possibilidade de demanda judicial pertinente aos assuntos rescisórios consignados no Termo.

§ 2.º.Para a manutenção do aluguel e demais despesas imprescindíveis ao funcionamento desta Comissão, as empresas envolvidas pagarão no ato da conciliação o valor de **R$ 250,00** (duzentos e cinquenta reais), por cada acordo ou homologação feita.

_____56. COMPETÊNCIA

Será competente a Justiça do Trabalho para dirimir quaisquer dúvidas advindas da aplicação deste instrumento.

Descumprimento do Instrumento Coletivo

_____57. NEGOCIAÇÃO DE CLAUSULAS ECONOMICAS 2021

Em decorrência da pandemia COVID-19 e as restrições impostas pelo PLANO SÃO PAULO, fica assegurado que entre 1º de maio de 2021 a 31 de maio de 2021, os sindicatos convenentes promoverão negociação visando o aditamento, a fim de estabelecer a forma de aplicação do índice de reajuste das cláusulas econômicas, com referência a data base de 1º de março de 2021.

_____58. REAVALIAÇÃO

Fica assegurado que durante a vigência desta Convenção, em **1º de março de 2022**, serão negociadas as cláusulas econômicas, bem como os procedimentos de adesão ao REPIS, e que, a qualquer tempo, poderão ser fixadas vantagens de natureza social ou econômica, beneficiando empregados de empresas, grupo de empresas ou de toda a categoria profissional, mediante Convenção, Acordo Coletivo de Trabalho ou Termo Aditivo a presente Convenção.

_____59. MULTA

Fica estipulada uma multa equivalente a um piso salarial geral ora fixado, que reverterá em favor da parte prejudicada, em caso de descumprimento de alguma das cláusulas ora acordadas.

Renovação/Rescisão do Instrumento Coletivo

_____60. PRORROGAÇÃO, REVISÃO, DENÚNCIA OU REVOGAÇÃO

O processo de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação parcial ou total do presente instrumento deverá obedecer às normas estabelecidas pelo artigo 615 da CLT.

Outras Disposições

_____61. APLICAÇÃO DA LEI N. 13.467/2017

Estabelecem as partes que a implementação das alterações promovidas pela Lei n. 13.467/2017 relacionadas aos direitos individuais e coletivos do trabalho serão negociadas entre as empresas interessadas e o Sindicato Profissional, com a participação do Sindicato Patronal.

Campinas-SP, 24 de fevereiro de 2020.

Sindicato dos Trabalhadores em Hotéis, Bares e Restaurantes de Águas de Lindóia e Região

Antonio Carlos da Silva Filho – presidente
CPF n. 629.744.754-34

Edson Luiz Netto – advogado
OAB/SP 140.792

Sindicato de Hotéis, Restaurantes Bares e Similares de Campinas

José Haroldo Monteiro Viégas – presidente
CPF n. 773.018.388-91

João Batista Junior – advogado
OAB/SP 127.427

SINTHORESCA: R. das Rosas, 832, V. Assunção, CEP 13940-000, tel. 19 3824-3367, Águas de Lindoia-SP, www.sinthoresca.org.br
SINHORES: R. Barão de Paranapanema, 235, Bosque, CEP 13026-010, tel. 19 3254-2211, Campinas-SP, www.sindhoteis-campinas.com.br